

REQUERIMENTO Nº /2003

(do Sr. Ary Vanazzi, Sra. Maria do Rosário, Sr. Beto Albuquerque e Sr. Henrique Fontana)

Requer uma Audiência Pública com o Diretor de Normas do Banco Central e o Presidente da Caixa Econômica Federal.

Senhora Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, a realização de Audiência Pública para a 2ª quinzena do mês de maio, nessa Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior com a presença do Diretor de Normas do Banco Central, Sérgio Darcy, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso e representantes dos empresários (CBIC) e trabalhadores do setor da construção, além de representantes dos movimentos sociais (Luta pela Moradia, ABMH, etc). O enfoque da Audiência Pública, será sobre a questão dos bancos privados e a aplicação de recursos do SBPE em financiamentos habitacionais, além da agilização e flexibilidade das operações de concessão de crédito habitacional no âmbito da CEF.

Sala das sessões, de abril de 2003.

Ary Vanazzi – Deputado Federal (PT/RS)

Maria do Rosário – Deputada Federal (PT/RS)

Beto Albuquerque – Deputado Federal (PSB/RS)

Henrique Fontana – Deputado Federal (PT/RS)

JUSTIFICATIVA

O setor da construção no Rio Grande do Sul, vem enfrentando sérias dificuldades junto à CEF, no sentido da efetiva operacionalização dos recursos do FGTS, devido principalmente ao rigor que vem sendo preconizado pelo setor de análise de risco de crédito da CEF, o que se reflete na substancial redução do volume de financiamentos habitacionais efetivamente concedidos.

Já os bancos privados que integram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos – SBPE, também não vem cumprindo com as disposições da Lei 4.380/64, que criou o SFH, mantendo um volume de aplicações em financiamentos habitacionais bastante abaixo do disposto legalmente.

Segundo os dados das Contas Nacionais divulgados recentemente pelo IBGE, enquanto que o PIB do setor financeiro aumentou sua participação no PIB Global do País, passando de 6,54% em 1998 para 8,61% em 2002, a participação do PIB da indústria da construção no PIB total do país teve resultado diametralmente oposto: caiu de 10,13% do PIB do País em 1998 para 7,98% em 2002.